

O Conselho de Classe, enquanto mecanismo previsto na organização da Escola, reflete, em realidade, como vem sendo concebida e vivenciada a Educação escolar, suscitando, portanto, diversas e complexas dimensões que podem ser tomadas como foco de análise.

Neste texto, procuro explorar:

- indagações relativas à legislação que normatiza o Conselho de Classe, por acreditar que os dispositivos legais, tal como previstos, condicionam os contornos de que se tem revestido o Conselho na realidade escolar;

- o significado e as implicações do Conselho de Classe para o aluno, a partir da caracterização de como se vem concretizando na Escola.

Tendo como referência as considerações feitas em relação a esses dois aspectos, convido, por fim, os que integram a organização escolar a buscar contribuir para a construção de um novo sentido de Conselho de Classe, como espaço e expressão de análises e decisões coletivas.

¹Professora na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo -USP.

Atribuições do Conselho de Classe Previstas na Legislação: Algumas Indagações

A análise da legislação vigente no Estado de São Paulo, no que se refere às atribuições do Conselho de Classe no 1º e 2º- Graus', evidencia uma ênfase em decisões relativas à promoção/retenção dos alunos ou à sua admissão aos estudos finais de recuperação, tendo como parâmetro o seu "aproveitamento", expresso nos conceitos bimestrais e no conceito final a eles atribuídos. No Regimento das escolas de 2º- Grau, além do "aproveitamento", é indicado que o Conselho identifique os "alunos de ajustamento insatisfatório em situação de classe e na Escola, propondo medidas que visem o melhor ajustamento do aluno".

São membros do Conselho os professores, o diretor da Escola, o coordenador pedagógico e o orientador educacional, não sendo prevista a participação do aluno.

Vale, também, registrar comentários sobre o Conselho de Classe, amplamente divulgados aos profissionais do sistema de ensino, expressos em documento organizado pela Secretaria de Estado da Educação e direcionados à análise da legislação. Afirma-se que:

"é a escola, representada pelo Conselho de Classe ou Série, que habilita o aluno a prosseguir na etapa seguinte do seu processo de escolarização. Assim posto, submeter-se-ia à apreciação do Conselho a avaliação de desempenho de qualquer aluno, promovido ou retido. Todavia, dadas as condições em que operam as escolas da rede, circunscreve-se a apreciação dos Conselhos apenas para alguns casos: os de discrepância entre o conceito final e os bimestrais, de retenção ou de admissão aos estudos finais. É importante ressaltar que a apreciação do Conselho não envolve, em momento nenhum, o julgamento da exatidão ou propriedade da avaliação do desempenho do aluno efetuada pelo professor. O que se aprecia é a situação do aluno no seu conjunto e em termos dos padrões de realização adotados pela escola (e definidos no Plano Escolar)" 3.

As referências feitas visam situar as indagações que faço sobre implicações, no trabalho escolar, da própria concepção de Conselho de Classe subjacente à legislação.

3 Delma Conceição CARCHEDI. Da verificação do rendimento escolar-análise do texto legal. In: SÃO PAULO (Estado). Secretariada Educação. Avaliação do *desempenho do* aluno. São Paulo: SE, 1981. p. 63. Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau, aprovado pelo Decreto nº 10.623/77, Cap. III, Artigo 91, 4 Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau, aprovado pelo Decreto nº 11.625/78, Seção li, Subseção V.

Veja-se que, nas atribuições do Conselho, a ênfase recai em seu poder de decisão quanto à aprovação ou reprovação do aluno, com base nos conceitos obtidos, o que revela estar-se privilegiando a função classificatória da avaliação.

Se, por um lado, essa é uma decisão necessária em um sistema de ensino seriado, por outro mantém e reforça uma visão distorcida da finalidade da avaliação, já tão arraigada em profissionais da Educação, alunos e pais, qual seja: a avaliação é realizada para atribuir um conceito ao aluno ou a avaliação serve para verificar se o aluno tem condições de ser promovido.

O conceito, enquanto forma de representação de um dado julgamento, tem-se confundido com a própria finalidade da avaliação.

No entanto, as informações obtidas quanto à aprendizagem do aluno, que usualmente são apenas "traduzidas" em uma dada forma de representação (conceito, nota, níveis etc.), deveriam constituir-se em indicadores para orientação e condução do processo de ensino. E, assim, a discussão da qual se deveriam ocupar os integrantes da Escola seria a análise do projeto e do processo de trabalho, possibilitadores de tal ou qual aprendizagem.

Tal entendimento impõe que, em contraposição à utilização dos resultados da avaliação com finalidade de seleção dos alunos com condições de serem promovidos ou retidos, as informações obtidas sobre como o aluno está avançando em seu processo de apropriação e construção do conhecimento sejam utilizadas para análise e reflexão crítica do trabalho escolar, com vistas a que se estabeleçam as necessidades, prioridades e propostas de ação capazes de garantir o crescimento do aluno.

Outro aspecto a observar é a ausência de indicação da participação do aluno no Conselho, o que decorre da própria ausência, na legislação, de indicação de sua participação na avaliação. A avaliação é tratada como ação de exclusiva responsabilidade do professor.

Não pretendo negar a tarefa avaliativa como uma das funções do professor; entretanto, indago: se a perspectiva, com o Conselho, é uma análise do desempenho do aluno em conjunto pelos profissionais da Escola, a responsabilidade da avaliação não deixaria de ser individual e passaria a ser coletiva? Ainda: faz sentido sugerir-se que a avaliação, nos Conselhos, privilegie apenas os alunos com "aproveitamento insuficiente" ou com "ajustamento insatisfatório"?

Sem dúvida, é procedente a observação de que "dadas as condições em que operam as escolas da rede" não é possível a análise pelo coletivo dos profissionais da Escola do desempenho da totalidade dos alunos. Dadas essas mesmas condições, que não vêm favorecendo um trabalho conjunto entre esses profissionais, fica a questão: qual o sentido desses encontros pontuais, onde se propõe, para alguns casos, um "olhar a situação do aluno em seu conjunto", tendo como referência padrões definidos no "Plano Escolar"?

O julgamento do desempenho do aluno, mesmo que só de "alguns casos", de forma conjunta e cooperativa entre profissionais da Escola, só ganha sentido se houver uma intencionalidade comum entre eles, ou seja, um projeto educacional e social que seja referência para a avaliação. O "olhar a situação do aluno" é direcionado por valores, concepções, crenças, sendo a dimensão valorativa intrínseca à avaliação.

Cabe, nesse sentido, problematizar a afirmação feita na interpretação da legislação, no já citado documento elaborado pela Secretaria da Educação, que menciona não estar em discussão no Conselho a "exatidão ou propriedade da avaliação do desempenho do aluno efetuada pelo professor". Veja-se que é prevista como atribuição do Conselho apreciar possíveis discrepâncias entre os conceitos atribuídos pelo professor no decorrer do ano letivo e o conceito final, o que traz implícita a possibilidade ou, até, a necessidade de uma análise do mérito do julgamento emitido pelo professor. Como proceder a tal discussão sem que sejam confrontadas as diferentes visões dos participantes do Conselho; por exemplo, quanto às finalidades e às prioridades da Educação escolar?

Com as considerações feitas, busco explicitar a inconsistência da própria concepção de Conselho de Classe, subjacente às orientações que normatizam sua organização e funcionamento, ao associar seu sentido, essencialmente, à função classificatória da avaliação e, ainda, ao buscar contemporizar uma ênfase na avaliação como responsabilidade individual do professor com a avaliação como responsabilidade coletiva dos profissionais da Escola.

Esta concepção, bem como as condições em que se desenvolve o trabalho na Escola, tem condicionado a maneira como vêm sendo vivenciados os Conselhos de Classe.

Conselho de Classe: Como Acontece e Qual o Seu Significado

Visando a uma caracterização de como se concretiza o Conselho de Classe, reproduzo, aqui, parte das informações obtidas em pesquisa que realizei em duas escolas estaduais no município de São Paulo(4), fornecidas por vinte professores, dois diretores, um assistente de direção, dois coordenadores pedagógicos e um orientador educacional que atuavam nessas escolas.

Tomei como referência essa pesquisa por considerar que as informações fornecidas são atuais. Ou seja, em minha percepção, no período decorrido de sua conclusão aos dias atuais não ocorreram mudanças significativas na condução dos Conselhos de Classe, o que constato a partir de relatos de profissionais em atuação na Rede, com os quais tenho tido oportunidade de debater o assunto, integrando discussões relativas à avaliação de aprendizagem.

4 Sandra M. Zákia Lian SOUSA. A avaliação da aprendizagem na escola de 1º grau: legislação, teoria e prática. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986. p. 158-175.

Para efeito deste texto, não serão identificados os depoimentos, obtidos por Escola, de professores e outros profissionais, considerando que esses foram semelhantes em ambas tanto no que se refere à sistemática de realização dos Conselhos como em relação a seu significado.

Usualmente, o Conselho de Classe se realiza a cada bimestre e ao final do ano letivo. Participam dos Conselhos bimestrais os professores, a coordenadora pedagógica e a orientadora educacional. A diretora e a vice-diretora às vezes participam, sendo que, no Conselho final, a diretora sempre participa "pra dar o voto de Minerva, se necessário, pois em caso de empate, ela desempata". Seguem-se depoimentos que expressam a sistemática de desenvolvimento dos Conselhos bimestrais.

"Todos os professores, depois do bimestre, depois da prova de recuperação, há uma reunião e faz-se um balanço de como o aluno está (...). Aluno por aluno de cada sala (...). Número 1, por exemplo, tudo bem, tudo bem. Número 2, está de História, está de Matemática. Número 3 ... (...). Quando há assim uma discrepância muito grande, a orientadora pergunta o porquê, qual a razão, o que a gente acha. Aí, geralmente, são os professores que discutem."

"O Conselho é todos os professores, então, todos vão. A gente coloca aquela matéria que o aluno não foi bem, o conceito que ele tirou, qual a razão que foi: por indisciplina, (...) assimilação de conteúdo. "

Sete professores mencionaram que, a cada semestre, é registrada, em ficha, a disciplina em que o aluno ficou sem média, bem como as causas dessa ocorrência. Essas informações são utilizadas não só para comunicar aos pais o rendimento do aluno, suas dificuldades, como também para deles solicitar providências. Mesmo não se prevendo uma interação ativa dos pais com o projeto de trabalho em desenvolvimento na Escola, talvez esse seja um dos poucos momentos em que são chamados para falar sobre ensino-aprendizagem.

Informações e comentários sobre o Conselho bimestral constante de pesquisa realizada por PARO (5), em Escola Estadual do município de São Paulo, trazem elementos que nos auxiliam na compreensão da dinâmica que tem caracterizado essa prática escolar. Assim descreve suas observações:

"Os professores discutem entre si e com a diretora a razão que levou cada aluno a ter conceito

(5) Vitor Henrique PARO. Participação popular na gestão da escola pública. Tese (Livre-docência)- Universidade de São Paulo, 1991. p.237-38.

insuficiente no bimestre. Na ficha de cada classe, há uma coluna destinada a se lançarem as 'causas prováveis do mau aproveitamento' de cada aluno em cada disciplina e outra onde são arroladas as propostas de solução' para cada caso. Já existem catalogados pela Escola rótulos tanto para as 'causas prováveis do mau aproveitamento' quanto para as propostas de solução' que os membros do Conselho de Classe atribuem de acordo com cada caso. Assim, como exemplo das primeiras, registramos: 'ausência em excesso', 'falta de pré-requisitos', 'não-cumprimento das tarefas escolares', 'aprendizagem lenta', 'aluno irrequieto'. Como propostas de soluções', há fórmulas como: 'compensação de ausência', 'aconselhamento ao aluno; 'entrevista com os pais' e 'recuperação'. Apenas um ou outro caso escapa dessas situações que se repetem a cada bimestre (...). No que concerne ao aprimoramento interno do processo de ensino na Escola, a forma como se desenvolvem os trabalhos do Conselho de Classe, e o tipo de preocupações expressas pelos agentes envolvidos, nos dá a impressão de que as 'causas prováveis do mau aproveitamento' e as propostas de solução' serão em grande medida apenas alguns rótulos registrados numa ficha para atender a exigências burocráticas, com pouca consequência prática no sentido do aperfeiçoamento do ensino ou de um tratamento mais apropriado a cada caso. "

Além de se identificarem as causas do não-aproveitamento do aluno, em determinadas disciplinas, também é nos Conselhos que são veiculadas informações sobre o caráter pessoal dos alunos e sobre seu desempenho anterior, como indicam as falas desses professores:

"Quem já conhece o aluno vai dando informações (...). Então, às vezes, por exemplo, um professor se antipatiza com um aluno, no sentido de achar que ele é chato, ele quer pegar no pé, mas porque realmente não entende, não conhece o aluno suficiente pra saber porquê".

"Então, a gente vê que às vezes é problema de casa, (...) pai separado, viúvo, sei lá, problemas demais".

Outro aspecto citado pelos professores foi a validade do Conselho de Classe bimestral, no sentido de permitir que cada professor perceba como está o desempenho do aluno,

como um todo, nas diversas áreas. Parece importante, para o professor, saber que o aluno que "não vai bem em sua área" está "mal com todos os professores", o que significa que o aluno deve ser ruim mesmo, e o baixo rendimento não é, certamente, problema do professor ou "com ele". A tendência é situar o fracasso entre dois pólos: o aluno e o professor. E ficou evidente que quando o aluno "vai bem" na maioria das áreas, aqueles professores em cujas áreas ele "vai mal" sentem-se culpados, sentem que o problema é deles. Nesse caso, esforçam-se por ajudar o aluno a superar as dificuldades (dão mais atenção) ou a melhorar o conceito (dão mais chance). Os depoimentos a seguir ilustram esse fato:

Em geral, é satisfatório, não soluciona tudo não, mas pelo menos levanta os problemas em comum. Pelo menos, você fica sabendo que ele não é ruim só com você. Os demais também têm problemas com aquele aluno. Dá mais uma força moral."

Vale a pena o conselho pra ficar mais fácil pra separar os alunos, porque só analisando na sua matéria, você não sabe se é só na sua matéria que ele está ruim. (...) quando o aluno está ruim só em sua matéria o erro vai ver que é seu, que é do professor, ou que quando está em mais, aí é erro do aluno. Agora, quando está só na sua matéria, então, é erro seu, ele não está entendendo e é bom porque o professor já sabe que aquele aluno está só naquela matéria, então, você vai dar mais atenção pra ele. "

Os professores, em seus comentários, enfatizaram mais o Conselho final do que o bimestral, pois é nele que se reúnem para a última decisão: promover ou reter o aluno.

O Conselho de Classe realizado no final do ano letivo, de acordo com o relato dos professores, tem como objetivo decidir quanto aos alunos que devem ser aprovados ou encaminhados para recuperação (ter "uma chance").

Nota-se que a reunião dos professores é feita antes do final do quarto bimestre, ocasião em que há discussão da situação do aluno, em termos de aprovação ou reprovação. As análises sobre o aluno, realizadas neste "pré-conselho" (denominação utilizada por um professor), irão condicionar o conceito que o aluno obterá no quarto bimestre e também qual deverá ser o quinto conceito a ser-lhe atribuído em cada área. Isso porque se a decisão é "aprovar o aluno", é necessário que a ele sejam atribuídos conceitos que lhe garantam essa aprovação.

A decisão quanto à aprovação ou reprovação do aluno é tomada a partir da análise de seu desempenho, feita pelos professores. Entre os aspectos que são considerados pelos professores, ao fazerem a avaliação do aluno, foram citados: aproveitamento (nota), disciplina, interesse e esforço.

Foi mencionado, por um professor de cada Escola, que algumas vezes se decide, no Conselho, pela aprovação do aluno, mas com a condição de que ele não venha a freqüentar a Escola no ano seguinte. Ou seja, no Conselho também se decide sobre alunos que devem ser expulsos da Escola, mas de uma forma camuflada: troca-se, com os pais, a aprovação dos alunos pela sua não-permanência na Escola.

"Depois, você vai ver que, em certos momentos, até o Conselho perde a sua importância no sentido de que a própria direção do colégio interfere nele (...). Por exemplo: 'este aluno já está sendo reprovado pela quarta vez', isto interfere. (..) Este ano seria reprovado de novo; então, o que a direção resolveu: 'vamos pensar o que nós vamos fazer com esse aluno, não dá pra ele fazer pela quinta vez a 5ª. série (...). Conversa com os pais, a gente aprova mas ele sai do colégio e procura uma nova escola."

Às vezes, é assim, quando tem um mau elemento a gente fala com a diretora para não aceitar a matrícula dele o ano que vem, na escola, o que aconteceu com alguns. Então, a gente já elimina. Passa de ano na escola mas manda embora da escola. A gente fala assim: 'nós vamos passar seu filho mas ele vai ser mandado embora da escola. Vai ter que tirar ele da escola porque se ele vier para a escola de novo ele vai repetir'. Então tira ele da escola porque ele atrapalha o andamento."

Ocorre que a forma como os professores encaram a aprovação/reprovação de alunos, bem como a importância que dão à sua permanência na Escola, varia de um para outro professor, gerando discordância na análise do desempenho do aluno. Vejam-se alguns depoimentos, que expressam diferentes posições:

"Pra mim, particularmente, o Conselho de Classe é muito sofrido. Porque, como eu conheço muito as crianças, em geral, eu brigo muito nos Conselhos de Classe, eu discordo das outras professoras. Por exemplo, eu sou contra quando Inglês reprova uma criança pobre; ela não vai fazer nada com Inglês (...). Ela, às vezes, é filha de uma empregada (...). Pra ela, melhorar na vida é ser balconista ou ser recepcionista de um médico; então, Inglês pra ela não é fundamental. Mas, ela precisa do diploma de 1º. Grau para conseguir um emprego. E um ano na vida dela faz muita diferença, às vezes ela é uma empregada doméstica, se ela é reprovada a patroa não deixa mais que ela estude (...). Então, ele

(professor) diz: Ah! ele vai passar, o ano que vem ele vai me amolar outra vez, não sei quê, então, eu reprovo mesmo'. Quer dizer, às vezes não diz nada, porque no sistema que você vive, no sistema de educação, o ano que vem ele vai repetir o mesmo livro, as mesmas lições, os mesmos exemplos, em geral, o mesmo professor e o mesmo método de ensino no que ele não conseguiu assimilar. (-) Então, ele vai continuar com o mesmo problema."

"Bom, Conselho de Classe é uma eterna briga minha. Porque eu sou contra o Conselho de Classe, porque eu acho o seguinte: se você deixou um aluno que está fraco é porque você realmente sente que este aluno está fraco, ou ele tem que ir pra uma recuperação ou ele tem que ser reprovado, pra poder estudar mais, amadurecer e tal. Agora, o que faz o Conselho de Classe: você vota, Fulano vota, Siclano vota, quer dizer, o aluno não tem nada a ver com você, com outro e tal. Ele pode ser ótimo aluno de Matemática, pode ser ótimo aluno de Português, mas está fraquíssimo em Inglês, ou em outra matéria qualquer. Ele não tem a base suficiente pra ir para a série seguinte. (-) Os alunos que são aprovados em Conselho, se você fizer uma estatística, são os piores alunos do ano seguinte."

"Eu realmente não deixo aluno. Até agora, nesse pouco tempo que tenho de aula, nesses dois anos, eu não me lembro de ter deixado nenhum aluno; a não ser que não faça a minha prova, que eu não tenha como provar que ele... mas ele vindo, mesmo que não saiba, eu aprovo, eu passo ele. Porque o critério que eles usam, por exemplo, Conselho de Classe é aquilo: tal aluno está mal, ele é recuperável, ele não é recuperável. Qualquer aluno é recuperável, não tem aluno que não seja recuperável, não só os alunos como as pessoas. (...) Então, eu não vejo sentido. Se você deixa um aluno é pior, é um ano a menos que ele tem. Os alunos, a gente conversa com eles, eles explicam: Ah, se eu repetir esse ano, o ano que vem eu paro'. Então é melhor você passar do que deixar. "

"É bom para saber, pra conversar com todos, pra ver se ele tem condições de continuar estudando. Se vai conseguir estudar ou então ver se a mãe tira,

paciência, né, não vai, não tem cabeça pra ficar na escola, tem cabeça pra fazer outra coisa. Então aí, todos os professores ficam reunidos e cada um dá a sua opinião sobre aquele aluno. Quando aparece, vamos dizer, um aluno muito problemático, que está muito ruim, então comenta porque está ruim, se é indisciplinado, se o aluno não aprende porque a cabeça não entra nada, então, às vezes, é mais fácil ele parar de estudar -porque senão vai fazer o ginásio em quantos anos? - e ir trabalhar pra ajudar em casa. "

Alguns professores também ressaltaram o quanto os aspectos da vida do aluno, associados às suas características pessoais, interferem no julgamento.

"Eu acho que a gente amolece um pouco no Conselho. Geralmente acaba passando quase todo mundo. Muito pouca gente fica mesmo reprovada. Porque geralmente um fala: Ah, mas sabe o que é, afinal de contas o Fulano, ele não dá mais do que isso mesmo'. Outro conta algum caso que aconteceu com ele; no fim, a gente acaba aprovando. (-) O lado humano, o coração interfere demais. "

"Então, o que acontece: você vota a favor porque o aluno é bonzinho, porque o aluno é isso, porque o aluno é quieto e tal, o outro também, o outro também. Conclusão: esse aluno é aprovado. (..) O aluno é analisado diante das atitudes dele, quer dizer, é um bom menino, é um menino quieto, tem problemas com a mãe, a mãe está separada do pai, porque isso tudo vem à tona no Conselho de Classe, quando eu acho que não deveria vir. "

"Tem aqueles professores que estão certos, que falam: 'Não, não deve passar'. Mas, tem aqueles que ficam, assim como foi o ano passado numa outra escola: 'Não, ela já é muito grande, vamos passar', ou Ah, coitadinha, ela já repetiu duas vezes, é judiação fazer de novo, então vamos passar', ou Ela vai ficar deslocada, tem muitos pequenininhos, ela vai ficar grande'. (-) Não estão avaliando a pessoa, estão avaliando pela altura, se é gorda, se é magra, se tem cabelo comprido, se é bonita, se é feia, se é agradável, passa, se não é, fica. "

Esses e outros depoimentos revelam que os professores vêem o Conselho funcionando como um mecanismo de aprovação do aluno.

"O Conselho favorece tremendamente a aprovação. Fora a pressão que há no Conselho pra aprovação. Pressão intensa, (..) do grupo de administração (...). Talvez porque eles recebem ordens superiores, porque eles têm aquelas benditas tabelas de porcentagem de aprovação por classe, que eles também têm que cumprir, conforme a lei."

"Simplesmente Conselho de Classe foi feito por causa dessa política educacional aí de aprovação. Realmente, como eles abriram a porteira, tiraram admissão, então, agora, tem de abrir outra pra sair senão vão encurralar todo mundo, isso aí é uma abertura de porteira."

Como apontaram os depoimentos citados, há interferência da percepção que o professor tem do aluno, enquanto características pessoais, no seu julgamento. Todavia, com exceção do depoimento que se segue, todos ressaltaram que isso atua favoravelmente para o aluno, no sentido de condicionar sua aprovação. Apenas um professor destacou que o envolvimento emocional, ao julgar o aluno, pode também intervir em sentido contrário.

"Por exemplo, um professor cujo aluno esvaziou o pneu do carro, ele tem ódio mortal dessa criança. (...) Ele quer que o aluno seja reprovado. (..) A criança não tem culpa dos problemas dele, se ele é mal-remunerado, se ele dá não sei quantas aulas, não sei onde, se a mulher gostaria de ter um marido e não tem. Então, ele transfere pro aluno todo recalque na hora de aprovar ou reprovar. E, infelizmente, existe ainda entre professores mais antigos esse conceito de que professor bom é aquele que reprova."

Da forma como vem sendo realizado, o Conselho de Classe pode ser comparado com um júri, no qual os alunos são réus e há a defesa e a acusação.

"Aí aparece o professor que quer aprovar. Aí começa a jogar um monte de subterfúgios para obter... tipo um júri. (..) Júri, sem dúvida, os prós e contras, acusação e defesa. (..) Isso causa um pouco de impacto nos alunos e eles ficam naquela expectativa. (...) Criou uma situação de emoção. (...) Ficam aguardando, falam: 'aquele professor não vai me votar'."

*"Eu acho um absurdo, parece Santa Inquisição.
Ficam lá os professores, aprova, não aprova,
condena, não condena."*

As diretoras, assistentes, coordenadoras pedagógicas e orientadores educacionais relataram, de forma semelhante aos professores, a sistemática do Conselho de Classe. Um aspecto que se destacou, em seus depoimentos, foi a ponderação que esses profissionais fazem junto aos professores sobre a necessidade de serem consideradas as características e as condições dos alunos, bem como sobre a não-validade de sua reprovação. Isto pode ser ilustrado com o depoimento transcrito a seguir.

"No Conselho, todos chegam a um consenso geral como é aquele aluno, qual o problema que ele tem, como deve ser atacado. Se há desprezo por parte dos pais, carência afetiva, falta de maturidade, se há necessidade de um encaminhamento. Então, não é só a parte pedagógica que é analisada, mas o aluno como um todo. (...) É tão divergente o tipo de informação. Por exemplo, um professor chega assim: 'Olha, esse aluno é vagabundo', usam assim essa expressão. O outro, então: 'Não, não é assim, ele tem um problema, ele tem isso' e começa a vasculhar a vida particular da criança, trazer aqueles problemas pra escola. Uns aceitam, outros não. Quer deixar a vida escolar separada da vida do lar, deixar uma coisa distinta da outra e não é possível isso. Uma coisa envolve a outra. (...) Realmente, há aquele professor convicto que vem e luta com todas as armas para que o aluno ou seja promovido ou seja retido. Mas a gente pesa se a retenção dele vai ser útil em quê. Nós temos dois tipos de professor, bem diferenciados. O professor que nós chamamos de professor-mãe e o professor simplesmente. Isso a gente observa nos Conselhos de Classe. Então, o professor que se preocupa com o aluno, aquele professor que chega e fala: 'Olha, o aluno foi mal, tirou D, mas também, coitado, está passando uma fase difícil, o pai separou, a mãe está com esses problemas', e tudo isso é levado em conta. O outro, contrário, já diz: "Olha, nós estamos aqui para avaliar o aluno e não a família, não temos nada com os problemas do Chiquinho, se morreu, se separou, o problema é dele, se não produziu, é dele'. Então, você vê, dois pesos e duas medidas para uma mesma criança."

O depoimento transcrito vem corroborar a consideração feita pelos professores de que as questões pessoais dos alunos interferem no julgamento de seu desempenho escolar. Mas, embora alguns professores discordem deste procedimento, não se observou o mesmo nos profissionais da área técnica e administrativa. Portanto, pode-se supor que a divergência existente quanto aos critérios de julgamento gera decisões desiguais em relação aos alunos.

Outro depoimento, ao mencionar a importância da consideração das características dos alunos, enfatizou a dimensão coletiva que elas abarcam, levando a questão da especificidade da clientela a que a Escola atende.

'A gente tem aluno que não tem pai, a mãe trabalha o dia inteiro (..) o coitadinho toma conta de cinco, seis irmãos em casa. Às vezes, trabalha, dorme tarde, levanta cedo. (..) Eu acho que tudo tem que ser feito de acordo com a clientela escolar (..) essa escola é de periferia (..) a maioria dos alunos vai conseguir, quanto muito, a 8ª. série. Então, é o que a gente costuma falar muito quando tem Conselho: não ficar pegando tanto no pé do aluno porque aqui não está especializando o aluno pra entrar numa faculdade, é uma escolinha de 1ª a 8ª série pra dar condições pro aluno de ter pelo menos um certificado na mão pra conseguir um emprego.'

Embora reconhecendo a relevância de se considerar a dimensão coletiva da clientela escolar, observo que a forma de se lidar com essa clientela, apontada no depoimento, tende a reforçar e não a atenuar as diferenças. Quando se propõe o ensino adaptado à clientela pobre, pensa-se no empobrecimento do conteúdo, na menor exigência para os alunos pobres, como meio de se evitar o abandono da Escola sem a conclusão do 1º Grau. Sem negar que o fato de o aluno ter concluído, formalmente, o 1º Grau favorece a obtenção de melhores condições de vida e de trabalho, observo que, em realidade, este aluno tende a fracassar em situações que vier a enfrentar, quando dele for exigido o confronto de seus conhecimentos com os de outros que freqüentaram escolas cuja clientela é mais favorecida economicamente.

Comentando esta questão, veja-se um diálogo dos alunos:

- Quando o aluno é quieto, sempre a professora ajuda na nota? - Ajuda. - Mas o que adianta ajudar na nota se a gente não souber, se a gente for trabalhar e não sabemos nem fazer uma conta?

Espero que as falas dos professores e de outros profissionais, aqui registradas, tenham possibilitado evidenciar como o momento do Conselho, especialmente do Conselho

final, é significativo para a vida escolar do aluno, pois é o espaço onde se discute e se defende o seu prosseguimento ou não para a série posterior. É o espaço onde se decide não só sobre aprovação ou reprovação, mas também sobre a própria expulsão dos alunos da Escola. O critério que mais pesa, pelo que ficou evidenciado, é o "bom comportamento do aluno". Ou seja, o aluno que se adapta a solicitações, a exigências e a normas definidas tem maior possibilidade de "ganhar" os pontos necessários.

Recorrendo à comparação feita por um professor, pode-se dizer que o Conselho é como um "júri", no qual os alunos que se mostrarem mais adaptados às normas da Escola são absolvidos, e os outros, condenados à reprovação ou, algumas vezes, à expulsão da Escola.

E, nesse "júri", o aluno fica em função de quem fizer a melhor defesa e for capaz de mobilizar outros para sua posição, pois confrontam-se opiniões que vão desde aqueles que defendem sua permanência na Escola a qualquer custo até aqueles que consideram que há alunos que "não têm cabeça pra ficar na escola". A questão da aprovação ou reprovação do aluno constitui o foco central do processo de avaliação e, no limite, do próprio processo ensino-aprendizagem. A avaliação do aluno, e, a partir dela, a decisão quanto à sua promoção ou retenção, não é vivida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, mas é a grande finalidade deste.

Por fim, observo que esse sentido de que se tem revestido o Conselho de Classe não se contrapõe aos princípios normativos vigentes, o que se expressa, por exemplo, pela ausência de participação dos alunos nos Conselhos, pelo esforço que é direcionado à adaptação dos alunos de "ajustamento insatisfatório" aos padrões sociais legitimados pela Escola e pela "discussão conjunta" apenas da situação dos alunos com desempenho insatisfatório.

O Conselho de Classe Como Espaço de Decisão Coletiva

No desenvolvimento deste texto, estão presentes princípios que vêm orientando minha compreensão sobre Conselho de Classe, bem como críticas quanto às duas implicações sociais para o aluno, tal como vem sendo vivenciado.

Direcionado para seleção dos alunos com condições de prosseguir os estudos, onde aqueles que apresentam condutas "mais ajustadas" às exigências da Escola têm maior possibilidade de "ganhar os pontos para aprovação", os Conselhos têm-se constituído em espaço legitimador da exclusão dos alunos das classes populares da Escola.

O Conselho de Classe, a meu ver, ganhará sentido se vier a se configurar como espaço não só possibilitador da análise do desempenho do aluno e, mais, do desempenho da própria Escola, de forma conjunta e cooperativa pelos que integram a organização escolar (professores e outros profissionais, alunos e pais), como também de proposição de rumos para a ação, rompendo-se com as finalidades classificatória e seletiva a que tem servido.

Para que se efetive com tal sentido, é necessário haver uma intencionalidade comum entre os agentes da organização escolar, representativa de um projeto coletivo. Os depoimentos citados ilustram que, na ausência de um projeto comum de trabalho, torna-se uma farsa a existência de um espaço para "avaliação global do aluno" pelo conjunto dos profissionais.

Entendo que a proposição de tal projeto supõe o confronto entre os diferentes valores e posições que se fazem presentes na Escola e que "aparecem" nos momentos do Conselho por meio dos argumentos que são utilizados pelos profissionais na defesa da promoção ou retenção de um dado aluno.

Os confrontos e conflitos que emergem nos Conselhos do Classe não têm tido força para impulsionar o movimento de reflexão sobre essas divergentes posições.

Penso ser fundamental o reconhecimento de que há na organização escolar posições que se contrapõem à tendência dominante de "olhar a situação do aluno".

Assim, para além de se buscar o consenso no momento do Conselho de Classe, penso que seria mais produtivo se esse espaço servisse para que fossem explicitadas, trabalhadas e aprofundadas as diferenças, que são expressão de projetos educacionais e sociais em realização na Escola.

É a partir desse confronto que acredito possam ser propostos pelo coletivo princípios comuns de trabalho, reveladores do compromisso da Escola com os alunos que a frequentam. Nesse sentido, a possibilidade de transformação do significado de que se vem revestindo o Conselho de Classe está dada no contexto da Escola, para além de sugestões de natureza teórica ou instrumental que eu delineasse ao final deste texto.

Vir, o Conselho, a ser um espaço de decisão coletiva supõe enfrentar o desafio de construir um novo projeto para essa Escola que aí está, por meio de relações compartilhadas.

Referências Bibliográficas

PARO, Vitor Henrique. Participação popular na gestão da escola pública. Tese (Livredocência) - Universidade de São Paulo, 1991.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Avaliação de desempenho do aluno. Coord. de Walkíria Villas Bôas. São Paulo: SE, 1981.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. Avaliação da aprendizagem na escola de 1 ° grau: legislação, teoria e prática. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986.